



Conta Global

Ano 2012

BALANÇO				
		(euros)		
		NOTAS	31-Dez-2012	31-Dez-2011
SNC	ATIVO		Ativo Líquido	Ativo Líquido
	Ativo não corrente			
43	Ativos fixos tangíveis	6.1 d)	9.395.392,57	8.922.698,36
42	Propriedades de investimento		2.000,00	2.000,00
44	Ativos fixos intangíveis	7.1 d)	55.219,08	65.829,22
4111+4121+4131	Participações financeiras - método equivalência patrimonial	5 e 8.1	51.865,26	89.396,50
41	Participações financeiras - outros métodos		1.115,46	1.115,46
	TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE		9.505.592,37	9.081.039,54
	Ativo corrente			
32 a 36	Inventários	9	380.722,67	252.673,00
21	Clientes	11.2 a)	488.262,22	500.857,74
228	Adiantamentos a fornecedores		12.163,83	4.804,92
24	Estado e outros entes públicos	11.2 b)	98.259,86	64.021,25
26	Regiões c/c	11.2 a)	76.559,11	0,00
23+27	Outras contas a receber	11.2 a)	542.655,81	525.921,24
28	Diferimentos	11.2 c)	187.631,48	101.884,73
14	Outros ativos financeiros	11.2 d)	76.997,34	70.908,36
11 a 13	Caixa e depósitos bancários	4.2	7.974.966,01	8.847.256,58
	TOTAL DO ATIVO CORRENTE		9.838.218,33	10.368.327,82
	TOTAL DO ATIVO		19.343.810,70	19.449.367,36
SNC				
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	FUNDOS PATRIMONIAIS			
551	Reservas legais	11.2 f)	518.521,63	504.950,02
552 a 558	Outras reservas	11.2 f)	2.414.598,17	2.356.908,67
56	Resultados transitados	11.2 f)	15.015.727,09	14.256.985,37
57	Ajustamentos em ativos financeiros	11.2 f)	86.745,81	86.745,81
58	Excedentes de revalorização	11.2 f)	0,00	0,00
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	11.2 f)	34.930,00	41.230,00
	Sub-total		18.070.522,70	17.246.819,87
81	Resultado líquido do exercício		-10.000,79	846.231,53
	TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		18.060.521,91	18.093.051,40
	PASSIVO			
	Passivo corrente			
22+27	Fornecedores	11.2 a)	322.242,07	501.843,46
218	Adiantamentos de clientes		401,00	360,00
24	Estado e outros entes públicos	11.2 b)	112.742,92	137.922,87
26	Regiões c/c	11.2 a)	0,00	5.243,38
23+27	Outras contas a pagar	11.2 a)	708.639,54	574.339,25
28	Diferimentos	11.2 c)	139.263,26	136.607,00
	TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		1.283.288,79	1.356.315,96
	TOTAL DO PASSIVO		1.283.288,79	1.356.315,96
	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		19.343.810,70	19.449.367,36

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS				
			(euros)	
SNC	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			31-Dez-2012	31-Dez-2011
71+72	Vendas e Serviços Prestados	10.2	6.246.577,80	6.458.649,95
75	Subsídios à exploração	10.5	9.770,01	42.200,24
	Sub-Total		6.256.347,81	6.500.850,19
78/68	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias e empreendimentos conjuntos	8.1 e 10.3	-37.531,24	2.118,40
73	Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	Sub-Total		6.218.816,57	6.502.968,59
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.3	31.066,28	5.280,59
62	Fornecimentos e serviços externos	13.1	3.938.431,43	3.483.330,47
63	Gastos com pessoal	13.2	2.190.602,93	2.113.679,00
	Sub-Total		6.160.100,64	5.602.290,06
65	Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
65	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.1	-1.913,71	-3.146,10
65	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
65	Imparidade de investimentos não depreciáveis (perdas/reduções)		-331,18	1.200,68
76/66	Aumentos/reduções do justo valor		5.757,80	665,35
78	Outros rendimentos e ganhos	10.3	216.268,43	201.482,06
68	Outros gastos e perdas	13.3	220.356,98	240.517,54
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		62.630,07	864.253,82
64/76	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.1 e 7.1	448.484,47	378.408,09
65	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-385.854,40	485.845,73
79	Juros e rendimentos similares	10.4	377.685,15	381.434,18
69	Juros e gastos similares	13.4	1.831,54	21.048,37
	Resultados antes de impostos		-10.000,79	846.231,54
	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
81	Resultado líquido do período		-10.000,79	846.231,54

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	Montantes em euros	
	PERÍODOS	
	2012	2011
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de clientes	6.398.479,59	6.171.370,80
Pagamentos a fornecedores	-3.992.232,73	-3.631.831,53
Pagamentos ao pessoal	-2.173.833,54	-2.106.417,53
Caixa gerada pelas operações	232.413,32	433.121,74
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-26.838,81	-25.931,36
Outros recebimentos/pagamentos	-420.235,07	725.801,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-214.660,56	1.132.991,38
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1.000.916,30	-1.411.647,92
Ativos intangíveis	-30.038,97	-96.601,35
Investimentos financeiros	3.560,63	869,50
Outros ativos		-2.000,00
Recebimentos provenientes de:		
Subsídio ao investimento		8.488,40
Juros e rendimentos similares	377.685,15	381.434,18
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-649.709,49	-1.119.457,19
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-1.831,54	-21.044,09
Redução de fundos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-1.831,54	-21.044,09
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-866.201,59	-7.509,90
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.918.164,94	8.925.674,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.051.963,35	8.918.164,94

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transítados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011 (1)				452.546,89	2.197.448,37	13.189.953,56	86.745,81	309.960,45	47.530,00	981.049,39	17.265.234,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.2 f)			52.403,13	159.460,30	1.067.031,81		-309.960,45	-6.300,00	-981.049,39	-18.414,60
SUB-TOTAL (2)				52.403,13	159.460,30	1.067.031,81		-309.960,45	-6.300,00	-981.049,39	-18.414,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)										846.231,53	846.231,53
RESULTADO EXTENSIVO (4=2+3)										-134.817,86	827.816,93
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras operações											
SUB-TOTAL (5)											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011 (6=1+2+3+5)				504.950,02	2.356.908,67	14.256.985,37	86.745,81		41.230,00	846.231,53	18.093.051,40

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transítados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012 (6)				504.950,02	2.356.908,67	14.256.985,37	86.745,81		41.230,00	846.231,53	18.093.051,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.2 f)			13.571,61	57.689,50	758.741,72			-6.300,00	-846.231,53	-22.528,70
SUB-TOTAL (7)				13.571,61	57.689,50	758.741,72			-6.300,00	-846.231,53	-22.528,70
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (8)										-10.000,79	-10.000,79
RESULTADO EXTENSIVO (9=7+8)										-32.529,49	-32.529,49
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras operações											
SUB-TOTAL (10)											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012 (11=6+7+8+10)				518.521,63	2.414.598,17	15.015.727,09	86.745,81		34.930,00	-10.000,79	18.060.521,91

ORDEM DOS ENGENHEIROS

CONTRIBUINTE Nº 500 839 166

AVENIDA ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, Nº 3 D

LISBOA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Designação da entidade: ORDEM DOS ENGENHEIROS

1.2 - Sede: Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3 D - Lisboa

1.3 - Natureza da atividade:

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é uma Associação pública representativa dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de Engenheiro (nº 1, do artº 1º do Estatuto da ORDEM DOS ENGENHEIROS);

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica, disciplinar e regulamentar. (nº 2, do artº 1º do Estatuto da ORDEM DOS ENGENHEIROS);

A ORDEM DOS ENGENHEIROS tem como objeto fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando o esforço dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional (nº 1, artº 2 do citado estatuto).

A Ordem tem a sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3 D, em Lisboa, onde estão sediados os Serviços Centrais - Conselho Diretivo Nacional - e Direções Regionais em Lisboa, Coimbra, Porto, Madeira e Açores, as quais tem autonomia administrativa e financeira.

As presentes demonstrações financeiras respeitam à conta global da Ordem dos Engenheiros e foram elaboradas a partir das contas individuais do Conselho Diretivo Nacional, de cada uma das Regiões de Lisboa, Coimbra e Porto e das Secções Regionais da Madeira e dos Açores. Nas contas do Conselho Diretivo Nacional, que integraram esta consolidação, está incluída uma participação na subsidiária INGENIUM – Edições, Lda. contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico adotado

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nas contas individuais do Conselho Diretivo Nacional e das respetivas Regiões e Secções Regionais da Ordem dos Engenheiros, com as necessárias adaptações, nomeadamente, foram compatibilizados alguns saldos constantes das contas individuais de modo a tornar consistentes estas demonstrações e foram expurgados os saldos das contas que registavam as relações entre o Conselho Diretivo Nacional e as referidas Regiões e Secções Regionais.

Não procedemos a qualquer alteração dos normativos que nortearam a elaboração das demonstrações financeiras individuais, todavia referimos que estas últimas foram objeto de certificação por auditores independentes pelo que poderemos referir que os normativos aplicados nas contas individuais, se aplicam “*mutatis mutandis*” às presentes

demonstrações financeiras, pelo que estas devem ser lidas à luz do referencial contabilístico seguido nas contas individuais do Conselho Diretivo Nacional e em cada uma daquelas Regiões e Secções Regionais.

Pelo que genericamente podemos referir, as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, que instituiu o Regime de Normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, nos Aviso n.º 6726-B/2011, de 10 de Março de 2011.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Na elaboração das presentes demonstrações não foram derogadas quaisquer disposições.

2.3 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

A Ordem dos Engenheiros já vinha elaborando as demonstrações financeiras de acordo com o SNC, tendo a transição para a Norma ESNL sido feita sem quaisquer afetações, pelo que os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2011.

3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Conselho Diretivo Nacional, das Regiões e Secções Regionais da Ordem dos Engenheiros de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e taxas de depreciação usadas foram as constantes do Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções 50 Anos

Obras e beneficiações 10 Anos

Equipamento básico 4/8 Anos

Equipamento de transporte (viaturas ligeiras) 4 Anos

Equipamento administrativo 3/8 Anos

Os bens de reduzido valor são amortizados no próprio exercício

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

3.3 - Imparidade de ativos

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de Perdas por Imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.4 - Investimentos em subsidiárias e consolidação

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias foi registada pelo método da compra.

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

3.5 - Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.6 - Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem dos Engenheiros e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.7 - Impostos sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Ordem dos Engenheiros de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual só pode ser calculado com fiabilidade após comunicação dos rendimentos tributáveis pelas Regiões e Secções Regionais para determinação do rendimento global.

3.8 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Ordem dos Engenheiros tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

c) Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

d) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e a Pagar e Diferimentos.

e) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

3.9 - Benefícios dos empregados

A Ordem dos Engenheiros atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, complementos de trabalhos noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, complemento de doença e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo Nacional, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo e seguros de saúde.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o atrás referido.

3.10 - Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Conselho Diretivo Nacional baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.11 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Engenheiros.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem quaisquer restrições ao uso dos valores em caixa e depósitos à ordem.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

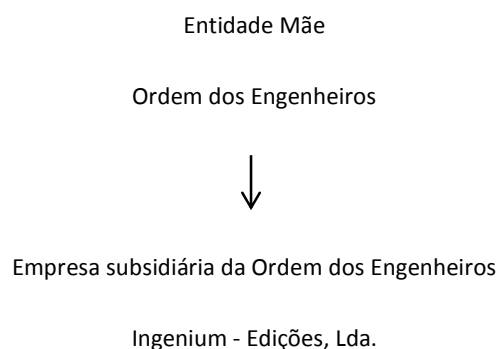
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	10.360,15	10.396,38
Depósitos à ordem	512.544,46	463.581,82
Outros depósitos bancários	7.452.061,40	8.373.278,38
Total	7.974.966,01	8.847.256,58

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Ordem dos Engenheiros.

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - Relacionamentos com Empresa-mãe

As entidades relacionam-se do seguinte modo:



5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

A gestão da Ordem dos Engenheiros é exercida pelo Bastonário, pelos dois Vice-Presidentes nacionais e pelos Presidentes e Secretários dos Conselhos Diretivos das Regiões, os quais não auferem quaisquer remunerações pelo desempenho dos respetivos cargos.

5.3 - Transações entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Ordem dos Engenheiros detinha as seguintes participações em subsidiárias:

Subsidiárias	Sede	% Participação	
		31-12-2012	31-12-2011
Ingenium – Edições, Lda.	Lisboa	90%	90%

No decurso dos exercícios findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são as referidas nos quadros abaixo:

	31-12-2012									
	Inventários		Ativos fixos		Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		Juros	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas			Obtidos	Prestados	Gastos	Rendim.
Ordem dos Engenheiros										
Ingenium - Edições, Lda	83.019				25.146		138.311			
Total	83.019				25.146		138.311			

	31-12-2011									
	Inventários		Ativos fixos		Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		Juros	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas			Obtidos	Prestados	Gastos	Rendim.
<i>Ordem dos Engenheiros</i>										
Ingenium - Edições, Lda	5.722				35.801		102.727			
Total	5.722				35.801		102.727			

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa da afetação do desempenho.
- d) Quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2011	Adições	Abates	31-12-2012
Terrenos e Recursos Naturais	759.408,85	280.125,00		1.039.533,85
Edifícios e Outras Construções	8.735.684,52	1.102.002,10		9.837.686,62
Equipamento Básico	189.832,72	85.530,98	-2.640,00	272.723,70
Equipamento de Transporte	134.500,00			134.500,00
Equipamento Administrativo	1.493.356,92	252.516,22		1.745.873,14
Equipamentos Biológicos				
Outros Ativos tangíveis	132.423,02	11.901,81	-4.387,14	139.937,69
Investimentos em Curso - Ativos Tangíveis	854.502,97	-845.731,92		8.771,05
Total Ativo Tangível Bruto	12.299.709,00	886.344,19	-7.027,14	13.179.026,05
Depreciação Acumulada				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e Outras Construções	1.824.168,48	240.342,12		2.064.510,60
Equipamento Básico	142.987,02	15.225,91	-2.640,00	158.212,93
Equipamento de Transporte	94.249,99	19.140,01		110.750,00
Equipamento Administrativo	1.246.315,20	127.975,99		1.374.291,19
Equipamentos Biológicos		4.387,14		
Outros Ativos tangíveis	69.289,95	6.578,81	-4.387,14	75.868,76
Total Depreciação Acumulada	3.377.010,64	413.649,98	-7.027,14	3.783.633,48
Compensação de imobilizado CDN/RSUL		-5.813,62	5.813,62	
Depreciação Acumulada	3.377.010,64	407.836,36	-1.213,52	3.783.633,48
Ativo Tangível Líquido	8.922.698,36	478.507,83	-5.813,62	9.395.392,57

7 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

7.1 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis

- Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa da afetação do desempenho.
- Quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2011	Adições	31-12-2012
Goodwill			
Projetos de Desenvolvimento			
Programas de Computador	23.688,69	14.662,73	38.351,42
Propriedade Industrial			
Outros ativos Intangíveis	81.980,28	15.376,24	97.356,52
Investimentos em Curso - Ativos Intangíveis			
Ativo Intangível Bruto	105.668,97	30.038,97	135.707,94
Amortizações acumuladas	39.839,75	40.649,11	80.488,86
Perdas por imparidade acumuladas			
Depreciação Acumulada	39.839,75	40.649,11	80.488,86
Ativo Intangível Líquido	65.829,22	-10.610,14	55.219,08

8 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

8.1 - Nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe

Subsidiárias

A entidade incluída na consolidação, sua sede social e proporção de capital detido em 31-12-2012, é a seguinte:

Empresa	Método consolidação	Sede	% Capital	Capital	Ativo	Resultado	Valor contabilístico
INGENIUM- Edições, Lda NIPC 504 238 175	MEP	Av. Sidónio Pais, 4 E Lisboa	90%	5.000,00	106.687,33	-41.701,38	96.018,55
Total Subsidiárias				5.000,00	106.687,33	-41.701,38	96.018,55

Os investimentos em subsidiárias apresentam os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31-12-2012 e 31-12-2011.

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Saldo no início do ano	89.396,50	87.278,10
Alienações		
Transferência		
Dividendos		
Impacto da aplicação do MEP		
Quota-parte no resultado	-37.531,24	2.118,40
Outros movimentos nos capitais próprios		
Saldo no final do ano	51.865,26	89.396,50

8.2 - Nas demonstrações financeiras individuais de uma empresa-mãe que, nos termos legais, esteja dispensada de elaborar contas consolidadas

a) Nos termos do nº 1, do artº 7, do DI 158/2009, de 13 de Julho, Ordem dos Engenheiros encontra-se dispensada da apresentação de contas consolidadas por não ultrapassar os limites nele previsto.

9 - INVENTÁRIOS

9.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Ver Nota 3

9.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os inventários da Ordem dos Engenheiros detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2012			31-12-2011		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	380.722,67	0,00	380.722,67	252.673,00	0,00	252.673,00
Total	380.722,67	0,00	380.722,67	252.673,00	0,00	252.673,00

9.3 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012, detalha-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	252.673,00	0,00	252.673,00
Compras	185.530,92	0,00	185.530,92
Regularizações	-26.414,97	0,00	-26.414,97
Saldo final	380.722,67	0,00	380.722,67
Gastos no exercício	31.066,28	0,00	31.066,28

10 - RÉDITO

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Ver Nota 3

10.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, relativo a vendas e prestações de serviços e outros, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Vendas	45.973,05	3.551,35
Quotizações	4.622.691,48	4.710.391,12
Joias	188.316,00	253.483,50
Taxas de reingresso	14.400,00	5.760,40
Formação	423.301,60	600.108,32
Outros serviços prestados aos membros	951.895,67	885.355,26
Total	6.246.577,80	6.458.649,95

10.3 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de Outros Rendimentos e Ganhos e Ganhos e Perdas em Subsidiárias

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos suplementares	143.372,81	127.592,91
Descontos pp obtidos	81,67	1,20
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	2.876,25	2.404,46
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	0,00	2.118,40
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	324,36	26,20
Rendimentos e ganhos nos ativos não financeiros	10.706,28	12.659,99
Outros	58.907,06	58.797,30
Total	216.268,43	203.600,46

10.4 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a juros de aplicações financeiras

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Juros obtidos	377.685,15	381.434,18
Total	377.685,15	381.434,18

10.5 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a subsídios a exploração

Subsídios reconhecidos por estrutura	Tipo subsídio	2012	2011
Conselho Diretivo Nacional	IEFP	9.770,00	4.848,75
Região Norte	QREN		
	PLANTENG	0,00	34.635,00
Região Centro		0,00	216,00
Região sul		0,00	2.500,00
TOTAL		9.770,00	42.199,75

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

11.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Ver Nota 3

11.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros

a) Clientes/Fornecedores/Sócios/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Sócios/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Clientes	543.244,41		543.244,41	570.323,64		570.323,64
Fornecedores	12.163,83		12.163,83	4.804,92		4.804,92
Pessoal	615,15		615,15	1.800,00		1.800,00
Fundadores/membros/associados	76.559,11		76.559,11	0,00		0,00
Outras contas a receber	542.655,81		542.655,81	525.921,24		525.921,24
Perdas por imparidade	54.982,19		54.982,19	69.465,90		69.465,90
Total do Ativo	1.120.256,12	0,00	1.120.256,12	1.033.383,90	0,00	1.033.383,90
Passivos						
Clientes	0,00			0,00		
Fornecedores	322.242,07		322.242,07	501.843,46		501.843,46
Pessoal	3.566,43		3.566,43	7.242,69		7.242,69
Fundadores/membros/associados	0,00		0,00	5.243,38		5.243,38
Outras contas a pagar	705.073,11		705.073,11	567.096,56		567.096,56
Total do Passivo	1.030.881,61	0,00	1.030.881,61	1.081.426,09	0,00	1.081.426,09
Total liquido	89.374,51	0,00	89.374,51	-48.042,19	0,00	-48.042,19

b) Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	95.073,92		95.073,92	59.595,81		59.595,81
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00		0,00	371,00		371,00
Imposto sobre o valor acrescentado	3.185,94		3.185,94	4.054,44		4.054,44
Outros impostos	0,00		0,00	0,00		0,00
Contribuições para a segurança social	0,00		0,00	0,00		0,00
Tributos das autarquias locais	0,00		0,00	0,00		0,00
Outras tributações	0,00		0,00	0,00		0,00
Total	98.259,86	0,00	98.259,86	64.021,25	0,00	64.021,25
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	0,00		0,00	0,00		0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	38.791,30		38.791,30	28.264,40		28.264,40
Imposto sobre o valor acrescentado	26.441,02		26.441,02	70.510,77		70.510,77
Outros impostos	0,00		0,00	0,00		0,00
Contribuições para a segurança social	47.510,60		47.510,60	39.147,70		39.147,70
Tributos das autarquias locais	0,00		0,00	0,00		0,00
Outras tributações	0,00		0,00	0,00		0,00
Total	112.742,92	0,00	112.742,92	137.922,87	0,00	137.922,87

c) Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	915,40		915,40	1.809,00		1.809,00
Rendas a pagar	117,47		117,47	117,00		117,00
Outros gastos	186.598,61		186.598,61	99.958,73		99.958,73
Total	187.631,48	0,00	187.631,48	101.884,73	0,00	101.884,73
Rendimentos a reconhecer						
Subsídios	0,00		0,00	0,00		0,00
Rendas a receber	0,00		0,00	0,00		0,00
Outros rendimentos	139.263,26		139.263,26	136.607,00		136.607,00
Total	139.263,26	0,00	139.263,26	136.607,00	0,00	136.607,00

d) Outros instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Outros instrumentos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros instrumentos financeiros						
Ativos						
Instrumentos financeiros detidos para negociação	76.997,34	0,00	76.997,34	70.908,36	0,00	70.908,36
Total	76.997,34	0,00	76.997,34	70.908,36	0,00	70.908,36

e) Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	10.360,15	10.396,38
Depósitos à ordem	512.544,46	463.581,82
Outros depósitos bancários	7.452.061,40	8.373.278,38
Total	7.974.966,01	8.847.256,58

f) Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Fundos Patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Fundos Patrimoniais		
Fundos	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00
Reservas legais	518.521,63	504.950,02
Outras reservas	2.414.598,17	2.356.908,67
Resultados transitados	15.015.727,09	14.256.985,37
Ajustamentos em ativos financeiros	86.745,81	86.745,81
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	34.930,00	41.230,00
Resultado líquido do período	-10.000,79	846.231,54
Total	18.060.521,91	18.093.051,41

Quanto à variação ocorrida nos resultados transitados detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2012
Detalhe das variações de resultados transitados	
Saldo inicial	14.256.985,37
Transferência do resultado líquido	846.231,53
Transferência para reservas legais	-13.571,61
Transferência para reservas estatutárias	-57.689,50
Regularizações extraordinárias	-16.228,70
Total	15.015.727,09

E a evolução na rubrica outras variações no capital próprio tiveram o seguinte desenvolvimento:

Descrição	31-12-2012
Detalhe das variações de outras variações nos fundos patrimoniais	
Saldo inicial	41.230,00
Transferência para resultado de parte do Subsidio DGOT	-6.300,00
Total	34.930,00

12 - IMPARIDADE DE ATIVOS

12.1 - Imparidades para dívidas de clientes

No exercício de 2012 as imparidades para clientes tiveram o seguinte movimento:

Classe do ativo	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização/ anulações/ reversões	Transferências	Saldo Final
Clientes	69.465,90	3.416,29	5.330,00	12.570,00	54.982,19
Outros Devedores	0,00	0,00	0,00		0,00
Em inventários	0,00	0,00	0,00		0,00
Total	69.465,90	3.416,29	5.330,00	12.570,00	54.982,19

O valor de 12.570,00 € evidenciado em transferências refere-se à utilização na Secção Regional da Madeira para regularizar saldos de membros que foram suspensos por não pagamento de quotas e membros que pediram o cancelamento da sua inscrição na Ordem dos Engenheiros, o saldo em balanço das imparidades é de 54.982,19 € (vide nota 11.2 - Instrumentos financeiros).

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES

13.1 - Serviços externos

Os gastos com Serviços Externos no exercício de 2012 e 2011, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	1.963.640,98	1.808.448,13
Materiais	142.248,24	205.041,47
Energia e fluidos	104.377,90	81.805,49
Deslocações estadas e transportes	524.188,15	374.588,85
Serviços diversos	986.733,03	1.013.446,53
Serviços de promoção institucional	217.243,13	0,00
Total	3.938.431,43	3.483.330,47

13.2 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal, no exercício no exercício de 2012, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Remuneração dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1.696.276,01	1.696.709,58
Benefício pós emprego	0,00	0,00
Indemnizações	70.500,00	0,00
Encargos sobre remunerações	349.557,02	333.900,17
Seguros acidentes de trabalho	25.773,88	26.060,66
Gastos de ação social	5.165,29	5.665,32
Outros gastos com pessoal	43.330,73	51.343,27
Total	2.190.602,93	2.113.679,00

13.3 - Outros gastos e perdas

Os gastos acumulados na rubrica Outros Gastos e Perdas, no exercício de 2012, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Impostos	25.276,05	33.382,71
Descontos pp concedidos	0,00	0,04
Perdas em inventários	1.757,27	44,76
Gastos e perdas em subsidiárias	0,24	0,00
Gastos e perdas nos investimentos não financeiros	4.704,00	6.027,06
Outros	188.619,66	201.062,97
Total	220.357,22	240.517,54

13.4 - Outros rendimentos e ganhos similares

Os gastos acumulados na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos Similares, no exercício de 2012, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Juros suportados	1.831,54	58,34
Diferenças de câmbio	0,00	4,28
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	20.985,75
Total	1.831,54	21.048,37

13.5 - Número médio de pessoas ao serviço da empresa em 31 de Dezembro de 2012

No exercício de 2012, o número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Engenheiros foi de 77.

14 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo Nacional e autorizadas para emissão em 30 de abril de 2013.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

O Conselho Diretivo Nacional entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da ORDEM DOS ENGENHEIROS, bem como a sua posição e desempenho financeiros e respetivos fluxos de caixa. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

Lisboa, 30 de abril de 2013

Técnico Oficial de Contas

Bastonário

Diretor Administrativo e Financeiro